

Para Colin, a questão sucessória já afeta a negociação com credores

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

A sucessão presidencial já afeta, concretamente, o processo de renegociação da dívida externa brasileira. A decisão do governo brasileiro de adiar os entendimentos com os credores internacionais para o final deste ano e, talvez, até para o início de 1985, deve-se, também, à necessidade de já se ter um quadro mais definido do que atualmente sobre a questão sucessória, na opinião do presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin. Ele esteve na semana passada nos Estados Unidos, onde reforçou sua impressão de que a tese de capitalização dos juros encontra respaldo de muitos bancos privados estrangeiros.

Para Colin, a sucessão do presidente João Figueiredo é, obviamente, um dado de muito peso para os bancos internacionais. Por isso, ele considera possível que o ministro Delfim Netto, do Planejamento, tenha ouvido, antes da sua viagem nesta semana aos EUA, os principais candidatos à sucessão presidencial. Para os bancos, seria da maior importância conhecer as intenções desses presidentes. Além disso, Colin considerou possível que na próxima fase de renegociação da dívida externa sejam acertadas apenas as linhas gerais de um acordo, ficando o detalhamento desse acordo para ser completado já pelo novo governo, que toma posse em março.

Nesse contexto, o futuro presidente da República poderá receber como he-

rança do governo João Figueiredo um acordo com os credores externos com condições bem mais favoráveis do que os fechados nos dois últimos anos. Colin considerou provável que os bancos privados, de maneira geral, aceitem a tese de capitalização dos juros acima de um determinado teto.

CAPITALIZAÇÃO

Os bancos europeus e mesmo os bancos regionais norte-americanos já estariam dispostos a concordar com uma proposta nesse sentido e certamente foram incentivados a apoiar essa tese ainda com mais força depois das manifestações favoráveis do Banco Mundial. O presidente do BB considera muito cedo, porém, para se prever qual a melhor fórmula para uma capitalização. "Primeiro é preciso consagrar a tese; depois, discutir os detalhes", afirmou.

Já estaria também praticamente certo que esta fase de negociações abrange um prazo superior a um ano. O Brasil não teria mais condições de voltar à mesa dos entendimentos com os credores a cada ano. Mas também nesse caso é prematura a fixação de um prazo.

Colin informou ainda que talvez na próxima semana seja ativada a linha de crédito de US\$ 1,5 bilhão assinada por ele, na semana passada, com o Eximbank, para o financiamento de importações norte-americanas. A demora em se começar a operar foi explicada pelo grande número de participantes envolvidos na operação: mais de 170 bancos privados.